

Rumo Malha Oeste S.A.

**Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao
exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018**



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes

Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Rumo Malha Oeste S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rumo Malha Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável de ativos classificados no imobilizado (Notas explicativas nº 3.5 e nº 11)

A Companhia possui investimentos significativos em ativos classificados no imobilizado necessários para condução de suas operações. Em decorrência dos prejuízos apurados nos últimos anos, passivo a descoberto, aliado à geração de resultados abaixo do projetado, existe um risco de não recuperação do valor total desses ativos. Com a identificação desses indicadores, a Companhia considerou o valor em uso para o cálculo do valor recuperável desses ativos, ou seja, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados que devem advir dos ativos ou unidades geradoras de caixa.

A avaliação do valor recuperável da unidade geradora de caixa da Companhia envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto, e pode resultar em impactos relevantes no ativo imobilizado com vida útil definida. Em função do referido e devido à relevância dos montantes envolvidos, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos da Companhia possam ter sofrido desvalorização, bem como avaliamos os controles internos relacionados com a preparação e revisão da projeção de fluxos de caixa futuros, especificamente do plano de negócios e orçamento. Comparamos o orçamento aprovado para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a confirmar a confiabilidade das projeções dos fluxos de caixa futuros. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas para suportar as projeções de fluxo de caixa futuros, incluindo: (i) taxa de desconto; (ii) expectativas de produção do mercado brasileiro de produção industrial e grãos; (iii) expectativa em relação aos preços futuros de fretes rodoviários; (iv) disponibilidade de capacidade de transporte; e (v) outras condições macro econômicas. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados com o valor contábil da unidade geradora de caixa e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima summarizados, consideramos aceitável o saldo do valor recuperável, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Divulgação dos efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - Nota 4.1

A Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contrato de arrendamento operacional dos bens móveis e imóveis do Poder Concedente que se enquadra no escopo do pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil / IFRS 16 - Leases. Esse novo pronunciamento, com vigência para os períodos anuais iniciados em, ou após 1 de janeiro de 2019, introduziu aspectos contábeis complexos para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, especialmente com relação à determinação das taxas de desconto dos contratos de arrendamento.

Na mensuração do registro do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento, a Companhia utilizou premissas e julgamentos complexos, especialmente com relação à taxa de desconto dos contratos de arrendamento.

De acordo com o CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia efetuou a divulgação relacionada aos potenciais impactos decorrentes da transição do novo pronunciamento com base nos contratos existentes em 31 de dezembro de 2018, dentre outras informações requeridas por essas normas.

Devido à complexidade e julgamentos envolvidos na determinação das taxas de desconto sobre empréstimo do arrendatário e relevância dos impactos dessa taxa na mensuração do passivo de arrendamento, assim como a relevância das divulgações dos efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Analisamos o processo e os controles implementados pela Companhia para captura das informações necessárias para divulgação do potencial impacto da aplicação do novo pronunciamento e de outras informações requeridas pelas normas contábeis. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto. Também avaliamos os julgamentos aplicados pela Companhia para as demais premissas utilizadas como prazo de arrendamento e custos agregados ao valor estimado do ativo de direito de uso. Avaliamos as divulgações e efetuamos testes documentais sobre a base de contratos de arrendamento utilizada para suportar os valores divulgados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que os efeitos da adoção inicial do CPC 6 (R2) - Contratos de Arrendamento / IFRS 16 - Leases e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico acima referido e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rogério Hernandez Garcia'.

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5

RUMO MALHA OESTE – RUMO MALHA OESTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Oeste – Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O principal tomador de decisões operacionais analisa a Companhia como parte de segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo que contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T18	4T17	Var. %	12M18	12M17	Var. %
Receita Líquida	24,4	26,6	-8,3%	89,4	86,8	3,0%
Custo dos Serviços Prestados	(42,8)	(38,9)	10,0%	(166,7)	(151,7)	9,9%
Lucro Bruto	(18,4)	(12,3)	49,6%	(77,3)	(64,9)	19,1%
Margem Bruta (%)	-75%	-46%	-29,2 p.p.	-86%	-75%	-11,7 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(3,2)	(2,4)	33,3%	(8,4)	(10,4)	-19,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(79,2)	0,3	n.a.	(83,9)	(6,8)	n.a.
Depreciação e Amortização	12,2	12,0	1,7%	44,7	34,0	31,5%
EBITDA	(88,6)	(2,4)	n.a.	(124,9)	(48,1)	n.a.
Margem EBITDA (%)	-363,1%	-9,0%	-354,1 p.p.	-139,7%	-55,4%	-84,3 p.p.
Provisão para impairment	77,5	-	100,0%	77,5	-	100,0%
EBITDA Ajustado	(11,1)	(2,4)	n.a.	(47,4)	(48,1)	n.a.
Margem EBITDA Ajustado (%)	-45,5%	-9,0%	-36,5 p.p.	-53,0%	-55,4%	2,4 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	-	19,2	-	21,2	-9,6%	(83,4)
Imposto de renda e contribuição social	0,1	-	n.a.	0,1	-	n.a.
Prejuízo	(119,9)	(35,6)	n.a.	(252,9)	(187,0)	35,2%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida atingiu R\$ 24,4 milhões, redução de 8,3% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, em decorrência da redução da tarifa média de transporte e do crescimento na demanda de transportes de produtos agrícolas e industriais. O EBITDA foi negativo em R\$ 11,1 milhões comparado a um EBTIDA negativo de R\$ 2,4 milhões em 2017, principalmente pela redução das receitas no trimestre findo em 31 de dezembro de 2018. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 119,9 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2018 comparado a um prejuízo de R\$ 35,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2017. As despesas operacionais aumentaram significativamente em relação ao exercício de 2017, esse aumento é devido principalmente ao teste de impairment para ativos imobilizados e intangíveis (a partir dos indicadores de sucessivos resultados negativos e baixa geração de caixa), teste que demonstrou um valor recuperável menor que o valor residual dos ativos, levando ao registro de provisão equivalente ao saldo dessa conta no valor de R\$ 77,5 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida atingiu R\$ 89,4 milhões, aumento de 3,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em decorrência do aumento da tarifa média de transporte e do crescimento na demanda. O EBITDA

foi de R\$ 47,4 milhões negativo, principalmente pelo aumento da proporção do custo em relação à receita líquida e das demais despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 252,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a um prejuízo de R\$ 187,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35	8
Títulos e valores mobiliários	5	20.670	2.569
Contas a receber de clientes	6	12.514	13.304
Estoques		4.346	4.296
Outros tributos a recuperar	7	5.271	5.185
Adiantamento a fornecedores	9	20.029	20.029
Debêntures privadas	10	188299	-
Outros ativos		2.783	2.306
Ativo circulante		253.947	47.697
Caixa restrito	5	1.953	1.828
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		29.577	29.062
Outros tributos a recuperar	7	24.969	28.403
Depósitos judiciais	15	35.879	33.106
Debêntures privadas	10	-	186.525
Adiantamento a fornecedores	9	47.196	109.833
Outros ativos		3.293	4.760
Imobilizado	11	72.025	142.318
Ativo não circulante		214.892	535.835
Total do ativo		468.839	583.532
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	12	19.588	19.533
Fornecedores	14	41.023	16.916
Ordenados e salários a pagar		6.504	5.608
Outros tributos a pagar		632	356
Adiantamentos de clientes		26.153	551
Outros passivos financeiros	23.b	2.046	2.285
Outras contas a pagar		4.646	21.277
Passivo circulante		100.592	66.526

Empréstimos e financiamentos	12	27.222	46.358
Provisão para demandas judiciais	15	40.693	38.786
Arrendamentos e concessões	16	1.406.145	1.284.175
Outras contas a pagar		2.626	<u>3.061</u>
Passivo não circulante		<u>1.476.686</u>	<u>1.372.380</u>
Total do passivo		<u>1.577.278</u>	<u>1.438.906</u>
Passivo a descoberto	17		
Capital social		551.915	551.915
Reserva de capital		17.566	17.566
Ajuste de avaliação patrimonial		(213)	(78)
Prejuízos acumulados		(1.677.707)	#####
Total do passivo a descoberto		<u>(1.108.439)</u>	<u>(855.374)</u>
Total do passivo e passivo a descoberto		<u>468.839</u>	<u>583.532</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	19	89.441	86.825
Custos dos serviços prestados	20	(166.698)	(151.699)
Prejuízo bruto		(77.257)	(64.874)
Despesas comerciais	20	962	(1.088)
Despesas gerais e administrativas	20	(9.408)	(9.338)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(83.854)	(6.838)
Despesas operacionais		(92.300)	(17.264)
Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		(169.557)	(82.138)
Despesas financeiras		(99.843)	(130.868)
Receitas financeiras		16.435	25.929
Variação cambial, líquida		-	(3)
Resultado financeiro líquido	22	(83.408)	(104.942)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(252.965)	(187.080)
Imposto de renda e contribuição social	13		
Diferido		110	-
Corrente		(17)	-
		93	
Resultado do exercício		(252.872)	(187.080)
Prejuízo básico e diluído por ação	18		
Por ação ordinária		0,52851	(0,39101)
Por ação preferencial		0,52851	(0,39101)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Passivo a descoberto
Saldo em 31 de dezembro de 2017	551.915	17.566	(78)	(1.424.777)	(855.374)
Adoção inicial a norma CPC 48/IFRS 9	-	-	-	(58)	(58)
Saldo em 1º de janeiro de 2018	551.915	17.566	(78)	(1.424.835)	(855.432)
Resultado do exercício	-	-	-	(252.872)	(252.872)
Outros resultados abrangentes:					
Perda atuariais com plano de pensão	-	-	(135)	-	(135)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(135)	(252.872)	(253.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	551.915	17.566	(213)	(1.677.707)	(1.108.439)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Passivo a descoberto
Saldo em 1º de janeiro de 2017	551.915	17.566	(78)	(1.237.697)	(668.294)
Resultado do exercício	-	-	-	(187.080)	(187.080)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(187.080)	(187.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	551.915	17.566	(78)	(1.424.777)	(855.374)

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(252.965)	(187.080)
Ajustes para:		
Depreciação	122.180	33.981
Provisão para participações nos resultados e bônus	2.773	2.819
Provisão de demandas judiciais	7.616	8.211
Provisão com créditos de liquidação duvidosa	(991)	1.091
Arrendamentos e concessões	42.304	39.322
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	83.454	102.261
Outros	(5.357)	1.654
	<u>(986)</u>	<u>2.259</u>
Variação em:		
Contas a receber de clientes	(9.852)	5.395
Adiantamentos de clientes	25.602	(802)
Provisão para demandas judiciais	(7.232)	(10.410)
Outros tributos, líquidos	2.449	(2.945)
Estoques	174	(3.034)
Ordenados e salários a pagar	(1.877)	518
Fornecedores	31.810	76.431
Adiantamentos a fornecedores	62.637	-
Outros passivos financeiros	(485)	1.942
Outros ativos e passivos, líquidos	(21.909)	(11.132)
	<u>81.317</u>	<u>55.963</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>80.331</u>	<u>58.222</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(17.626)	1.875
Caixa restrito	(127)	(186)
Recebimento de debêntures privadas	12.582	9.033
Adições ao imobilizado e intangíveis	(51.519)	(43.065)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(56.690)</u>	<u>(32.343)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Amortização de principal	(19.446)	(20.223)
Pagamento de juros	(4.168)	(5.707)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(23.614)</u>	<u>(25.930)</u>
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>27</u>	<u>(51)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>8</u>	<u>59</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>35</u>	<u>8</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

**Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)**

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	104.577	99.362
Outras receitas operacionais, líquidas	92	903
Ganhos (perdas) esperadas com créditos de liquidação duvidosa	991	(1.091)
	105.660	99.174
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(31.466)	(43.106)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.610)	(8.971)
Outros	(5.996)	(8.730)
	(50.072)	(60.807)
Valor adicionado bruto	55.588	38.367
Retenções		
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável	(122.180)	(33.981)
Valor adicionado líquido produzido	(66.592)	4.386
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.435	25.929
	16.435	25.929
Valor adicionado total a distribuir	(50.157)	30.315
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	34.164	27.809
Remuneração direta	26.830	21.198
Benefícios	6.208	5.520
FGTS	1.126	1.091
Impostos, taxas e contribuições	17.835	14.240
Federais	9.791	6.930
Estaduais	6.433	6.120
Municipais	1.611	1.190
Remuneração de capitais de terceiros	150.716	175.346
Juros	99.843	130.871

Aluguéis	50.873	44.475
Remuneração de capitais próprios	(252.872)	(187.080)
Resultado do exercício	(252.872)	(187.080)
	(50.157)	30.315

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedido em 20 de outubro de 1998, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em junho de 2026.

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um prejuízo do exercício de R\$252.872 e passivo a descoberto de R\$1.108.439.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 22 custos e despesas por natureza foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras.. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de março de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que opera, gera e consome caixa.

2.3 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas no final do período de relatório. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre julgamentos críticos e as incertezas em relação às políticas contábeis adotadas que impactam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas 12 Imobilizado**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* quando indicadores estão presentes. A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

- **Nota 18 Compromissos de arrendamento**

A determinação de se um acordo é ou contém um arrendamento baseia-se na substância do acordo na data de início. A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade dos referidos ativos, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

As estimativas decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 incluem estimativas significativas relacionadas aos prazos dos arrendamentos, à taxa de desconto dos fluxos futuros e outras variáveis que afetam a aplicabilidade da norma ou o seu impacto.

- **Nota 14 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 25 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como taxa de juros, risco de liquidez e risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

- **Nota 17 Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

2.4 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia divulga as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (como por exemplo empréstimo em moeda estrangeira com estrutura de *hedge*);
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo;

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Títulos e valores mobiliários

As aplicações em títulos com vencimento superior a três meses na data da compra e outros títulos para os quais haja mais do que um insignificante risco de mudança de valor devido à taxa de juros, preço cotado ou multa no saque são classificados como títulos e valores mobiliários. Em geral, medimos o valor justo usando preços obtidos de serviços de precificação. Métodos e entradas de preços para modelos de avaliação usados pelos serviços de precificação dependem do tipo de garantia (ou seja, classe de ativos). Quando possível, os valores justos são gerados usando informações de mercado, incluindo preços cotados (o preço de fechamento em um mercado de câmbio), preços de compra (o preço pelo qual um comprador está pronto para comprar) e outras informações de mercado. Para títulos de renda fixa que não são negociados ativamente, os serviços de precificação usam métodos alternativos para determinar o valor justo dos títulos, incluindo cotações para títulos de renda fixa semelhantes, precificação matricial, fluxo de caixa descontado usando curvas de referência ou outros fatores. Em certos casos, quando os dados de mercado não estão disponíveis, podemos usar cotações de corretoras para determinar o valor justo.

Ganhos e perdas realizados e rendimentos de juros em todos os nossos títulos negociáveis são registrados como receita de juros de serviços não financeiros e outras receitas/(perda), líquida.

3.2 Estoques

Os estoques são registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor realizável líquido.

O custo compreende materiais diretos, mão-de-obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.3 Imobilizado

• Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

- **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado do exercício, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo, previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil de reformas de material rodante (vagões e locomotivas), estimativa que passou a ser aplicada em 01 de janeiro de 2018.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de impairment para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço.

3.6 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

- **Benefícios pós-emprego**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o resarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(*Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado*)

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.7 Receita

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

3.9 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável ou em diferentes entidades fiscais mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos.

Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.10 Instrumentos financeiros

- **Derivativos**

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Atualmente, a Companhia adota a contabilidade de *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo critério de valor justo por meio do resultado.

- i. **Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge***

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para contabilidade de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

A Companhia entra em relações de *hedge* onde os termos críticos do instrumento de *hedge* correspondem exatamente aos termos do item protegido. A Companhia, portanto, realiza uma avaliação qualitativa da eficácia. A ineficácia do *hedge* pode surgir se o momento da transação prevista for diferente do que foi originalmente estimado, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte derivativa.

- **Mensurações de valor justo reconhecidas**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados ou cotações de revendedores para instrumentos similares.
- ii. para outros instrumentos financeiros - análise do fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas de valor justo feitas pela Companhia estão incluídas no nível 2.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível na hierarquia de valor justo na qual as avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas premissas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.

Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da empresa são em títulos valores mobiliários e contratos de derivativos e títulos.

Nível 3: para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

3.11 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.12 Fluxos de caixa

- **Classificação de juros e dividendos**

- i) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

3.13 Novos normativos e interpretações adotados pela Companhia

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia, ao avaliar os contratos com cliente, utiliza julgamento para identificar se os contratos podem ser combinados, se há modificações de contratos, determinar serviços distintos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou em determinado momento, se há descontos implícitos no contato e determinar componentes de financiamento significativos. Além disso, a Companhia faz uso de estimativas ao determinar a contraprestação variável e seus preços de serviços individuais quando utilizar metodologia de alocação.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados efeitos significativos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 que afetassem essas demonstrações financeiras intermediárias.

Registrarmos todas as vendas de serviços somente quando um contrato ou acordo está em vigor, à medida que os serviços são prestados e a cobrança do preço de serviço fixo ou determinável está razoavelmente assegurado. Nós reconhecemos qualquer perda que esperamos incorrer nestes acordos quando essa perda for provável.

A Companhia não espera ter nenhum contrato em que o período entre a transferência dos serviços prometidos para o cliente e o pagamento pelo cliente exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta nenhum dos preços das transações pelo valor do dinheiro no tempo.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros substitui o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: (i) classificação e mensuração; (ii) imparidade; e (iii) contabilidade de *hedge*.

A Companhia aplicou o CPC 48 / IFRS 9 com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2018, retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo:

- A Companhia adotou a exceção de não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores em relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo perdas por redução ao valor recuperável). As diferenças nos saldos de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram registradas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Assim, as informações apresentadas para 2017 geralmente não refletem os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, mas os requerimentos do IAS 39;

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- Determinadas definições foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial: i) determinação do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido; ii) a designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e

O impacto total sobre a Companhia em 1º de janeiro de 2018 é o seguinte:

Ativo

Contas a receber de clientes	(58)
------------------------------	------

Patrimônio líquido

Lucros acumulados	58
-------------------	----

a) Classificação e mensuração

Exceto por certos recebíveis comerciais, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio de resultado (VJR), custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam “apenas pagamentos de principal e juros” sobre o montante de capital em dívida.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

A avaliação dos modelos de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018 e posteriormente aplicada retrospectivamente aos ativos financeiros que não foram desreconhecidos antes de 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são unicamente compostos de principal e juros foi feita com base nos fatos e circunstâncias como no reconhecimento inicial dos ativos.

A contabilização dos passivos financeiros da Companhia permanece basicamente a mesma da IAS 39. Semelhante aos requisitos da IAS 39, o CPC 48 / IFRS 9 exige que contraprestações contingentes sejam tratadas como instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Os derivativos embutidos não são separados do ativo financeiro vinculado. Em vez disso, os ativos financeiros são classificados com base em seus termos contratuais e no modelo de negócios da Companhia.

A contabilização de derivativos embutidos em passivos financeiros e em contratos não financeiros vinculados não mudou do exigido pela IAS 39.

b) Impairment

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 alterou fundamentalmente a contabilização da Companhia para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para seu contas a receber. É aplicada a abordagem simplificada da norma e calculadas as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A adoção dos requisitos de perda de crédito esperada do CPC 48 / IFRS 9 resultou em aumento nas provisões para perdas da Companhia no montante de R\$58. O aumento na provisão resultou em ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$58.

A redução ao valor recuperável enquadra-se entre as isenções do princípio geral de aplicação desta norma para exercício comparativos. A Companhia utilizou o modelo de transição sem reapresentação de saldo comparativo, reconhecendo os impactos da adoção da norma nas reservas de lucros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Certas normas novas e alterações às normas são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019 e a aplicação antecipada é permitida; no entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras.

4.1 CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (correspondente ao IFRS-16 - Leasing)

Esses padrões alteram o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. Ela exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. Durante o ano de 2018, a Companhia concluiu os preparativos para os novos requisitos da IFRS 16.

A Companhia arrenda diversas propriedades, equipamentos e carros. Os contratos de aluguel são normalmente feitos por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem *covenants*, mas os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado pelo método linear durante a vida útil, determinada pelo menor entre a vida do ativo e o prazo do arrendamento.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de aluguel:

- i. pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- ii. pagamento de aluguel variável que é baseado em um índice ou uma taxa;
- iii. montantes esperados a pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- iv. o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerce essa opção, e
- v. pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir que o arrendatário exercerá essa opção.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os pagamentos da locação serão descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os ativos de direito de uso serão mensurados ao custo, incluindo:

- i. o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- ii. quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes ou na data de início, menos quaisquer incentivos recebidos;
- iii. quaisquer custos diretos iniciais e;
- iv. custos de restauração.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor continuarão a ser reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de propriedades e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). O impacto inicial aproximado (aumento/(redução)) da adoção do CPC 06 (R2) está estimado em:

	<i>Range</i>		
Ativo			
Ativo de direito de uso	155.000	a	180.000
Perda por redução ao valor recuperável	(155.000)	a	(180.000)
	-	-	-
Passivos			
Arrendamento a pagar	235.000	a	260.000
	235.000		260.000
Impacto no patrimônio líquido	(235.000)	a	(260.000)

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentou perda por valor recuperável para seus ativos (veja nota 12), e por esse motivo foi reconhecida também sobre os ativos de direito de uso.

A Companhia aplicará o IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não será atualizada e continuará a ser apresentada sob o IAS 17 e IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4 serão divulgados separadamente se forem diferentes daquelas sob o IFRS 16.

4.2 IFRS 17 - Contratos de seguros

Esta norma introduz um novo modelo para contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com valores comparativos exigidos. Com base em trabalhos preliminares, estimamos que o impacto será irrelevante. Estamos no processo de revisar nossos acordos existentes para determinar o impacto na adoção.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.3 Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos ao tratamento de juros e penalidades associados a impostos incertos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

4.4 Alterações ao CPC 48 / IFRS 9: Características de pré-pagamento com compensação negativa

Um instrumento de dívida pode ser mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de SPPI) e o instrumento é realizada dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI, independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente de qual parte paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Essas alterações não têm impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.6 Melhorias anuais ao ciclo de normas IFRS 2015-2017

• CPC 32/IAS 12 Imposto de renda

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda dos dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações passadas ou eventos que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos acionistas. Portanto reconhece os efeitos do imposto de renda sobre os dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido de acordo com o local em que a entidade originalmente reconheceu aquelas transações ou eventos passados.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019.

• CPC 20/IAS 23 Custos de empréstimos obtidos

As alterações esclarecem que uma entidade trata como parte de empréstimos em geral qualquer empréstimo originalmente feito para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar aquele ativo para o uso pretendido ou a venda estiverem completas.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. A prática atual da está alinhada com essas alterações.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta movimento	<u>35</u>	8
	<u>35</u>	8

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento em três meses ou menos a partir da data de aquisição que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo e são utilizados pela Companhia na administração de seus compromissos de curto prazo. Os equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

6 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	<u>20.670</u>	2.569
	<u>20.670</u>	2.569
Caixa restrito	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Títulos públicos	-	26
Valores depositados em garantia	<u>1.953</u>	1.802
	<u>1.953</u>	1.828

(i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC.

7 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Clientes terceiros	<u>8.182</u>	11.947
Clientes partes relacionadas (Nota 10)	<u>4.724</u>	2.929
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(392)</u>	(1.572)
	<u>12.514</u>	13.304

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2018</u>	31/12/2017
A vencer	<u>7.198</u>	5.011
Vencidas		
Até 30 dias	<u>747</u>	4.249
De 31 a 60 dias	<u>15</u>	-
De 61 a 90 dias	<u>3</u>	284
Mais de 90 dias	<u>219</u>	2.403
	<u>8.182</u>	11.947

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A movimentação da perda esperada crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro 2017	481
Adições	2.197
Reversões e baixas	(1.106)
Saldo em 1º de janeiro 2018	1.572
Adições	1.084
Reversões e baixas	(2.264)
Saldo em 31 de dezembro 2018	392

8 Outros tributos a recuperar

Os ativos fiscais correntes incluem principalmente (i) efeitos fiscais que são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto de renda que se espera que sejam recuperados como restituições de autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	21.430	23.869
ICMS CIAP ⁽ⁱ⁾	8.541	9.062
Outros	269	657
	30.240	33.588
 Circulante	 5.271	 5.185
Não circulante	24.969	28.403
	30.240	33.588

(i) Crédito de ICMS oriundo de aquisições de ativo imobilizado.

9 Adiantamento a fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	29	29
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10) ⁽ⁱ⁾	67.196	129.833
	67.225	129.862
 Circulante	 20.029	 20.029
Não circulante	47.196	109.833
	67.225	129.862

(i) Adiantamento referente a utilização de vagões para realização de serviços de transporte, custos e despesas compartilhados e compra de combustíveis.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

10 Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.278	547
Rumo S.A	1.658	857
Rumo Malha Sul S.A.	1.623	1.486
Outros	<u>165</u>	<u>39</u>
	<u>4.724</u>	<u>2.929</u>
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	-	20.000
Rumo Malha Sul S.A.	<u>20.000</u>	<u>-</u>
	<u>20.000</u>	<u>20.000</u>
Debêntures privadas		
Rumo Malha Norte S.A.	<u>188.299</u>	<u>-</u>
	<u>188.299</u>	<u>-</u>
Ativo circulante	<u><u>213.023</u></u>	<u><u>22.929</u></u>
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	-	27.075
Raízen Combustíveis S.A.	133	68
Rumo Malha Sul S.A.	<u>47.063</u>	<u>82.690</u>
	<u>47.196</u>	<u>109.833</u>
Debêntures privadas		
Rumo Malha Norte S.A.	-	186.525
	<u>-</u>	<u>186.525</u>
Ativo não circulante	<u><u>47.196</u></u>	<u><u>296.358</u></u>
Total do ativo	<u><u>260.219</u></u>	<u><u>319.287</u></u>
	<u><u>31/12/2018</u></u>	<u><u>31/12/2017</u></u>
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.389	580
Raízen Combustíveis S.A.	1.292	1.198
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	5.044	2.297
Rumo Malha Sul S.A.	9.986	2.135
Outros	<u>856</u>	<u>458</u>
	<u>18.567</u>	<u>6.668</u>
Adiantamentos a clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	<u>25.602</u>	<u>-</u>
	<u>25.602</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	<u><u>44.169</u></u>	<u><u>6.668</u></u>
Total do passivo	<u><u>44.169</u></u>	<u><u>6.668</u></u>

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Rumo Malha Paulista S.A.	3.431	2.092
Rumo Malha Sul S.A.	5.774	8.961
Rumo Malha Norte S.A.	456	19
	<u>9.661</u>	<u>11.072</u>
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(6.217)	(9.802)
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(9.129)	(8.266)
Rumo Malha Sul S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(24.956)	(18.476)
Outras	(862)	(231)
	<u>(41.164)</u>	<u>(36.775)</u>
Receitas (despesas) compartilhadas ^(iv)		
Rumo Malha Sul S.A.	(14.831)	(5.791)
Raízen Energia S.A.	(760)	(640)
Rumo Malha Paulista S.A.	1.384	2.055
Rumo S.A.	(571)	-
Cosan Indústria e Comércio S.A.	(420)	-
Outras	(855)	(2.740)
	<u>(16.053)</u>	<u>(7.116)</u>
Resultado financeiro		
Rumo Malha Norte S.A. ^(v)	<u>14.356</u>	<u>21.518</u>
	<u>14.356</u>	<u>21.518</u>

- (i) A prestação de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 refere principalmente à transporte contrada em condições de mercado.
- (ii) Despesa com transporte ferroviário, contrato em condições de mercado.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.
- (iv) Referem-se a rateios corporativos e do centro de serviços compartilhados Raízen.
- (v) Referem-se aos juros sobre a debênture privada.

c) Remuneração da administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no exercício em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$270 (R\$331 em 31 de dezembro de 2017), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

11 Debêntures privadas

Em 30 de abril de 2012, a Companhia adquiriu uma série de 10.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$100.000 emitidas pela Rumo Malha Norte S.A.. Em 24 de abril de 2017 foi assinado o aditamento do contrato com a postergação do seu vencimento, como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures privadas - Rumo Malha Norte	30/04/2012	100.000	02/05/2019	CDI+1,50% a.a	188.299	186.525

O saldo de atualização financeira totalizou R\$14.356 em 31 de dezembro de 2018 (R\$20.122 em 31 de dezembro de 2017).

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

12 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Saldo de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	7.834	22.853	221.040	311.666	13.258	3.971	580.622
Adições	-	-	-	-	51.519	-	51.519
Transferências	-	(581)	13.407	31.835	(45.687)	357	(669)
Baixas	-	(1.313)	(2.196)	-	-	(1.475)	(4.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.834	20.959	232.251	343.501	19.090	2.853	626.488
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(4.584)	(16.735)	(128.259)	(284.760)	-	(3.966)	(438.304)
Adições	(296)	(1.145)	(35.326)	(7.944)	-	-	(44.711)
Transferências	-	288	-	-	-	-	288
Baixas	-	1.354	2.196	-	-	1.475	5.025
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(37.384)	(23.451)	(10.842)	(5.084)	(76.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(4.880)	(16.238)	(198.773)	(316.155)	(10.842)	(7.575)	(554.463)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	3.250	6.118	92.781	26.906	13.258	5	142.318
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.954	4.721	33.478	27.346	8.248	(4.722)	72.025

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Saldo de custo:							
Em 01 de janeiro de 2017	7.834	27.885	209.962	291.276	3.765	3.966	544.688
Adições	-	-	-	75	43.015	-	43.090
Transferências	-	(6.740)	(215)	-	(417)	-	(7.372)
Baixas	-	1.708	11.293	20.315	(33.105)	5	216
Em 31 de dezembro de 2017	7.834	22.853	221.040	311.666	13.258	3.971	580.622
Saldo de depreciação:							
Em 01 de janeiro de 2017	(4.279)	(21.797)	(99.350)	(281.333)	-	(3.965)	(410.724)
Adições	(305)	(1.124)	(29.124)	(3.427)	-	(1)	(33.981)
Baixas	-	6.186	215	-	-	-	6.401
Em 31 de dezembro de 2017	(4.584)	(16.735)	(128.259)	(284.760)	-	(3.966)	(438.304)
Em 01 de janeiro de 2017	3.555	6.088	110.612	9.943	3.765	1	133.964
Em 31 de dezembro de 2017	3.250	4.721	92.781	26.906	13.258	5	142.318

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de perda ao valor recuperável

Ativos imobilizados de vida definida que estão sujeitos a depreciação são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Como detentora de um contrato de concessão a Companhia é considerada uma unidade geradora de caixa para fins de análise de *impairment*. A base para avaliação e teste anual é 30 de setembro.

Na avaliação de indicadores feita para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 consideramos que os resultados negativos e a baixa geração de caixa são indicadores de *impairment*, de forma que a elaboração do teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados de vida útil definida.

O valor recuperável para os ativos de longo prazo da Companhia foi determinado através da metodologia do fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

As principais premissas utilizadas foram (i) EBITDA projetado para a unidade geradora de caixa, sem crescimento de volume transportado, no prazo remanescente da concessão, e (ii) a taxa de desconto (wacc) de 10,9% ao ano, antes dos impostos. O cálculo resultou em um valor recuperável de R\$ 72.025, frente a um valor de livros de R\$ 149.536. Uma provisão para perda por valor recuperável de R\$ 77.511 foi registrada na Companhia, alocada proporcionalmente aos ativos imobilizados, em contrapartida à “Outras receitas (despesas) líquidas, nota 24”.

Dado o impacto potencial da “taxa de desconto” no fluxo de caixa descontado, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade com mudança nessa variável, constatando que o aumento de 0,5% na taxa de desconto geraria um decréscimo de R\$ 1.886 no valor recuperável.

13 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos financeiros				
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros	31/12/2018	31/12/2017	Vencimento
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	8,45%	46.810	65.891	
Total			46.810	65.891	jun-22
Circulante			19.588	19.533	
Não circulante			27.222	46.358	

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da Companhia, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 2,62% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$46.913 (R\$ 70.192 em 31 de dezembro de 2017).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 6,42% e TJLP de 6,98%.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2018	31/12/2017
13 a 24 meses	16.449	19.323
25 a 36 meses	8.746	16.335
37 a 48 meses	2.027	8.686
49 a 60 meses	-	2.014
	<u>27.222</u>	<u>46.358</u>

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Saldo em 01 de janeiro de 2017	<u>85.294</u>
Amortização de principal	(20.223)
Pagamento de juros	(5.707)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	6.527
Saldo em 01 de janeiro de 2018	<u>65.891</u>
Amortização de principal	(19.446)
Pagamento de juros	(4.168)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	4.533
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>46.810</u>

BNDES

Correspondem a recursos captados e destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- FINEM – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Linha de crédito não utilizada

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$577 (R\$580 em 31 de dezembro de 2017).

Cláusulas Restritivas (“financial covenants”)

A Companhia, juntamente com sua controladora Rumo, está sujeita a determinadas cláusulas contratuais, sob os termos das principais linhas de empréstimos. As principais e mais restritivas cláusulas que a Companhia está obrigada a cumprir estão demonstradas no quadro a seguir, e os indicadores são medidos de forma consolidada na controladora Rumo:

Meta	Índice
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA <= 4,0x em dezembro de 2018	2,06
EBITDA/ Resultado Financeiro Consolidado >= 1,40x em dezembro de 2018	2,68

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

14 Imposto de renda e contribuição social

- a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(252.965)	(187.080)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	86.008	63.607
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(88.501)	(66.063)
(i)	<u>2.586</u>	<u>2.456</u>
Outros	93	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>0,04%</u>	<u>0,00%</u>
Taxa efetiva	<u>0,04%</u>	<u>0,00%</u>

(i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

- b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	321.130	274.824
Base negativa de contribuição social	115.811	99.102
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	14.464	13.911
Provisão para perda ao valor recuperável	67.259	53.241
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	133	535
Provisões para não realização de impostos	2.628	2.812
Provisões de participações no resultado	969	799
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	39.837	25.759
Diferenças temporárias sobre outras provisões	2.373	8.947
Outros	296	288
Tributos diferidos - Ativos	<u>564.900</u>	<u>480.218</u>
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	<u>(564.900)</u>	<u>(480.218)</u>
Total de tributos diferidos registrados	<u>-</u>	<u>-</u>

15 Fornecedores

O saldo dos fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores de serviços e materiais	39.453	13.895
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	1.508	1.236
Outros	62	1.785
Total	<u>41.023</u>	<u>16.916</u>
 Fornecedores	 22.456	 10.248
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10)	18.567	6.668
	<u>41.023</u>	<u>16.916</u>

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

16 Adiantamento de clientes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Clientes	551	551
Clientes partes relacionadas (Nota 10) ⁽ⁱ⁾	25.602	-
	<u>26.153</u>	<u>551</u>

(i) Adiantamento referente a utilização de vagões para realização de serviços de transporte, custos e despesas compartilhados.

17 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	<u>Provisão para demandas judiciais</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributárias	18.371	17.985
Cíveis, regulatórias e ambientais	5.560	6.259
Trabalhistas	16.762	14.542
	<u>40.693</u>	<u>38.786</u>

	<u>Depósitos judiciais</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributárias	96	96
Cíveis, regulatórias e ambientais	22.342	21.810
Trabalhistas	13.441	11.200
	<u>35.879</u>	<u>33.106</u>

Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Tributária	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Em 01 de janeiro de 2018	17.985	6.259	14.542	38.786
Provisionados no exercício	55	1.122	6.706	7.883
Baixas por reversão / pagamento	(6)	(1.661)	(7.213)	(8.880)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	337	(160)	2.727	2.904
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.371	5.560	16.762	40.693

(i) Inclui baixa de juros

a) Tributárias

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compensações de tributos federais com créditos de PIS e COFINS	1.969	1.911
ICMS Exportação	16.128	15.803
Outros	274	271
	<u>18.371</u>	<u>17.985</u>

(i) Os valores provisionados referem-se, essencialmente, a glosa de créditos de ICMS na aquisição de insumos de produção. No entendimento do Fisco, referidos insumos estariam classificados como materiais de uso e consumo, não gerando direito aos créditos de ICMS.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	45.554	44.660
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	32.473	9.571
Outros	88	85
	<u>78.115</u>	<u>54.316</u>

- (i) O fisco estadual autuou a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis ⁽ⁱ⁾	252.477	231.772
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	78.572	56.712
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	37.346	29.370
	<u>368.395</u>	<u>317.854</u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/12/2018	31/12/2017
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	82.613	75.183
	82.613	75.183

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

18 Arrendamentos e concessões

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Valores em discussão judicial:		
Arrendamento	1.324.854	1.208.891
Concessão	81.291	75.284
	1.406.145	1.284.175

A Companhia pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas por seguro garantia.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo financeiro por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de compensação.

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 referentes a esta ação totalizavam R\$20.690, apresentados como ações cíveis, regulatórias e ambientais, conforme nota 17.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

19 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está assim constituído (em milhares de ações):

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ordinárias	<u>459.058</u>	459.058
Preferenciais	<u>19.402</u>	19.402
	<u>478.460</u>	<u>478.460</u>

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. Não foram identificados itens com possíveis efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico e diluídos são iguais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Básico e diluído

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(252.872)	(187.080)
Por ação ordinária	(242.618)	(179.494)
Por ação preferencial	(10.254)	(7.586)
 Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	459.058	459.058
Média ponderada de número de ações preferenciais	19.402	19.402
 Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,52851)	(0,39101)
Por ação preferencial	(0,52851)	(0,39101)

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

21 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta na venda de serviços	104.577	99.362
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(15.136)	(12.537)
Receita operacional líquida	<u><u>89.441</u></u>	<u><u>86.825</u></u>

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportadas. Os serviços prestados pela Companhia possuem curíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Transporte de carga e acessórios	88.834	84.676
Outros	607	2.149
Receita operacional líquida	<u><u>89.441</u></u>	<u><u>86.825</u></u>

22 Custo e despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	31/12/2018	31/12/2017
Material de uso na prestação serviço	(8.117)	(6.452)
Mão de obra contratada	(13.373)	(12.577)
Despesas com pessoal	(36.550)	(28.614)
Despesas com transporte	(11.792)	(23.491)
Depreciação e amortização	(44.668)	(33.981)
Arrendamento e concessão	(42.371)	(39.322)
Outras despesas	<u><u>(18.273)</u></u>	<u><u>(17.688)</u></u>
	<u><u>(175.144)</u></u>	<u><u>(162.125)</u></u>

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(166.698)	(151.699)
Despesas comerciais	962	(1.088)
Despesas gerais e administrativas	<u><u>(9.408)</u></u>	<u><u>(9.338)</u></u>
	<u><u>(175.144)</u></u>	<u><u>(162.125)</u></u>

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

23 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(4.487)	(6.486)
Amortização do gasto de captação	(97)	(62)
Fianças e garantias sobre dívidas	(1.810)	(2.655)
	(6.394)	(9.203)
Rendimento de aplicação financeira	675	515
	675	515
Custo da dívida, líquida	(5.719)	(8.688)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	15.760	24.240
Arrendamento e concessão	(79.868)	(108.498)
Despesas bancárias e outros	(8.709)	(7.068)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(3.150)	(3.911)
Variação cambial	-	(3)
Juros sobre outras obrigações	(1.722)	(1.014)
	(77.689)	(96.254)
Resultado financeiro, líquido	(83.408)	(104.942)
Despesas financeiras	(99.843)	(130.868)
Receitas financeiras	16.435	25.929
Variação cambial	-	(3)
Resultado financeiro, líquido	(83.408)	(104.942)

24 Outras despesas operacionais, líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Constituição de provisão para demandas judiciais	(7.616)	(8.211)
Perda por redução ao valor recuperável	(77.511)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	1.273	1.373
	(83.854)	(6.838)

25 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da empresa é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	20.670	2.569
	20.670	2.569
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	35	8
Contas a receber de clientes	12.514	13.304
Debêntures privadas	188.299	186.525
Caixa restrito	1.953	1.828
	202.801	201.665
Total	223.471	204.234
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	46.810	65.891
Fornecedores	41.023	16.916
Outros passivos financeiros	2.046	2.285
	89.879	85.092
Total	89.879	85.092

Durante o exercício, não houve reclassificação entre categorias, o valor justo por meio do resultado e custo amortizado apresentado acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos a que a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

(a) Risco de crédito

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾	35	8
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	20.670	2.569
Caixa restrito ⁽ⁱⁱ⁾	1.953	1.828
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	12.514	13.304
Debêntures privadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	188.299	186.525
	<u>223.471</u>	<u>204.234</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o valor registrado, como demonstrado na nota 13, com exceção das garantias financeiras. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.
- (iii) Como descrito na Nota 11, a contraparte do instrumento é uma parte relacionada, de controle comum ao da Companhia, de forma que o risco de crédito é considerado baixo e nenhuma perda é prevista.

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2018</u>
AA	1.955
AAA	20.703
Total	<u>22.658</u>

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>			
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos	(22.557)	(17.865)	(11.356)	(51.778)	(74.409)
Fornecedores	(41.023)	-	-	(41.023)	(16.916)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(2.046)	-	-	(2.046)	(2.285)
	<u>(65.626)</u>	<u>(17.865)</u>	<u>(11.356)</u>	<u>(94.847)</u>	<u>(93.610)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$2.046 (R\$2.285 em 31 de dezembro de 2017). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 7,47% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

I. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis de algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A Companhia utiliza os seguintes cenários para as taxas de juros:

	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
SELIC	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
CDI	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
TJLP	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%
IPCA	4,12%	5,15%	6,18%	3,09%	2,06%

Rumo Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O cenário provável considerado pela Companhia utiliza as projeções de mercado feitas por consultoria externa especializada (Tendências).

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2018				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicação financeira	3	1	1	(1)	(1)
Títulos e valores mobiliários	1.581	395	791	(395)	(791)
Caixa restrito	149	37	75	(37)	(75)
Empréstimos e financiamentos	(3.000)	(750)	(1.500)	750	1.500
Impactos no resultado do exercício	(1.267)	(317)	(633)	317	633

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,40% a.a. e 6,98% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Tais instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 13.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

Ativos	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil		31/12/2018	31/12/2017
	31/12/2018	31/12/2017	Nível 2	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	20.670	2.569	20.670	2.569
Total	20.670	2.569	20.670	2.569